



Prova Objetiva – Nível Superior

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE - ADMINISTRAÇÃO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4:30 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Gerais

Texto 1 – Alterar o ECA independe da situação carcerária
(*O Globo*, Opinião, 23/06/2015)

Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc. Um levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público mostra que, em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis; conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades e, em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual.

Assim como os presídios, os centros não regeneram. Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade. Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, aí incluída a melhoria das condições das unidades socioeducativas para os menores de idade. Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade.

O raciocínio segundo o qual as más condições dos presídios desaconselham a redução da maioria penal consagra, mais do que uma impropriedade, uma hipocrisia. Parte de um princípio correto – a necessidade de melhorar o sistema penitenciário do país, uma unanimidade – para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções.

Falso. A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes. A hipocrisia está em obscurecer que, se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de “proteção” ao menor consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente também os tem. E numa dimensão que implica dar anteparo a jovens envolvidos em atos violentos, não raro crimes hediondos, cientes do que estão fazendo e de que, graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam.

Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse. As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes são questões distintas, e pedem, cada uma em seu âmbito específico, soluções apropriadas. No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da imputabilidade, sem prejuízo de melhorar o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA. Uma ação não invalida a outra. Na verdade, as duas são necessárias e imprescindíveis.

1

Considerando o conjunto do texto 1, o título “Alterar o ECA independe da situação carcerária” representa:

- (A) uma opinião que se choca com a do autor do texto;
- (B) um argumento favorável à redução da maioria penal;
- (C) um contra-argumento que é explicitado no corpo do texto;
- (D) uma tese apoiada em argumentos de autoridade;
- (E) um argumento que se apoia na intimidação do leitor.

2

Na progressão do texto 1 há uma série de segmentos em que a relação entre a situação de menores infratores e a de prisioneiros adultos é estabelecida; o segmento em que essa relação está ausente é:

- (A) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (C) “...em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis;”
- (D) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (E) “A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos ou internos são indistintamente inexistentes”.

3

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc.”.

Nesse segmento do primeiro parágrafo do texto 1, o emprego da forma ETC. indica que:

- (A) a enumeração inclui todas as mazelas dos presídios;
- (B) além das falhas graves nos procedimentos de reinclusão social há outras falhas graves em outros procedimentos que foram esquecidas;
- (C) mazelas de menor importância não foram citadas;
- (D) problemas de maior relevância não foram citados por não ser esse o melhor momento para fazê-lo;
- (E) a lista de elementos citados não inclui a totalidade das mazelas dos presídios para adultos.

4

Na estruturação do texto 1, a função do primeiro parágrafo é:

- (A) mostrar que a situação dos centros de internação de menores é caótica e que, por isso mesmo, não podem receber mais delinquentes;
- (B) indicar uma crítica ao sistema penitenciário que antecipa a rejeição da redução da maioria penal;
- (C) denunciar falhas na rede de instituições do ECA, idênticas às dos adultos, a fim de que se negue força ao argumento de que a situação carcerária desaconselharia a redução da maioria penal;
- (D) apoiar a ideia de que a redução da maioria penal não deve fazer com que menores delinquentes sejam internados junto a adultos;
- (E) criticar o desprezo das autoridades diante de problemas carcerários que afetam tanto os menores quanto os adultos.

5

A linguagem empregada no texto 1 exemplifica tanto a linguagem lógica como a linguagem figurada; o segmento em que ocorrem somente casos de linguagem lógica é:

- (A) "...não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual";
- (B) "...locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade";
- (C) "Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse";
- (D) "No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da inimizabilidade...";
- (E) "...conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades...".

6

No texto 1 há um grupo de vocábulos com sentido negativo produzido pela presença do prefixo IM/IN/I; a opção em que esse prefixo apresenta esse sentido nos dois vocábulos é:

- (A) inadiáveis / internação;
- (B) infratores / instituições;
- (C) impropriedade / indistintamente;
- (D) inexistentes / implicar;
- (E) iniciativas / inimputabilidade.

7

No texto 1, há duas oportunidades em que o autor empregou dois pontos(:):

1 – "...as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação...";

2 – "...para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes...".

Sobre essas duas ocorrências desses sinais de pontuação, a afirmação correta é:

- (A) as duas ocorrências precedem enumerações;
- (B) as duas ocorrências introduzem exemplificações;
- (C) as duas ocorrências mostram explicações;
- (D) só a primeira ocorrência introduz uma explicação;
- (E) só a segunda ocorrência prepara uma explicação.

8

A substituição do termo destacado por um adjetivo é INADEQUADA em:

- (A) "internação de menores" / internação juvenil;
- (B) "peças de ficção" / peças fictícias;
- (C) "mundo da criminalidade" / mundo criminal;
- (D) "adequação da legislação" / adequação legislativa;
- (E) "condições dos presídios" / condições presidiárias.

9

"Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos"; a frase abaixo em que se repete o mesmo sentido do vocábulo sublinhado é:

- (A) Os menores têm mesmo que pagar por seus crimes.
- (B) Os crimes são punidos pela mesma lei de antigamente.
- (C) É mesmo verdade que as leis irão mudar?
- (D) Os dois presídios têm as mesmas condições.
- (E) As celas são abertas pela mesma chave.

10

O texto entre aspas que exemplifica adequadamente o problema dos presídios destacados no primeiro parágrafo do texto 1 é:

- (A) Superpopulação – "Os presos são divididos em vários grupos e cada grupo só tem direito a banho de sol de quinze minutos".
- (B) Maus-tratos – "Os presos são obrigados a permanecer em fila durante a revista diária e, só após o toque da sirene, podem ir para as celas".
- (C) Desprezo por ações de educação – "Os prisioneiros fazem as refeições em conjunto e nem sempre as normas de polidez à mesa são seguidas".
- (D) Conservação e higiene são peças de ficção – "Ao serem libertados, os prisioneiros sofrem preconceitos quando se apresentam para empregos".
- (E) Leniência com iniciativas que visem à correção – "Os presos que se rebelam por algum motivo são levados para as solitárias, onde ficam às vezes por vários dias".

11

Ao citar o levantamento feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o autor do texto 1 tem a finalidade argumentativa de:

- (A) demonstrar a atualidade das informações prestadas;
- (B) indicar a seriedade do tema tratado;
- (C) valorizar a precisão da informação dada;
- (D) mostrar a polêmica motivada pelo tema;
- (E) criticar a incúria das autoridades.

12

O segmento do texto 1 em que está ausente uma estrutura de base comparativa é:

- (A) "Assim como os presídios, os centros não regeneram";
- (B) "As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes...";
- (C) "Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos";
- (D) "...legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade";
- (E) "...se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de proteção ao menos consagrada no ECA também os tem".

13

“Assim como os presídios, os centros não regeneram”; a forma de reescrever-se esse período do texto 1 que mostra uma possibilidade de mudança de sentido é:

- (A) os centros não regeneram, assim como os presídios;
- (B) os centros, assim como os presídios, não regeneram;
- (C) os presídios, tais quais os centros, não regeneram;
- (D) os centros não regeneram tanto quanto os presídios;
- (E) tanto os presídios quanto os centros não regeneram.

14

A seção de jornal de onde foi retirado o texto denomina-se *Opinião*; no caso do texto 1, a opinião que é estruturalmente a mais importante é a de que:

- (A) não se pode aceitar o argumento, contrário à redução da maioria penal, de que a situação carcerária impede essa redução;
- (B) é urgente em todo o país a melhora do sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA;
- (C) nas unidades de internação ocorre um aprendizado do crime pelos que são réus primários;
- (D) o ECA é um estatuto superado, pois desconhece os próprios problemas, protegendo os menores de forma paternalista e esquizofrênica;
- (E) é inadiável a obtenção de soluções apropriadas para a violência de jovens delinquentes, que só pode ser obtida pela redução da maioria penal.

15

Em algumas passagens do texto 1 o autor emprega construções com voz passiva, o que traz a vantagem de omitir-se o agente da ação; a frase abaixo que NÃO exemplifica essa estratégia, por não estar na voz passiva, é:

- (A) “...graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam”;
- (B) “...em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (D) “A realidade mostra que as ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes”;
- (E) “Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária...”.

16

“...que seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções”.

Nesse segmento do texto 1, a forma sublinhada indica:

- (A) uma reafirmação de algo dito anteriormente;
- (B) uma retificação de erro cometido pelo autor;
- (C) uma observação enfática sobre um ponto argumentativo;
- (D) uma oposição a outra opinião contrária;
- (E) uma ironia sobre declarações do ECA.

17

“Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, ai incluída a melhoria das condições socioeducativas para os menores de idade”.

A afirmação correta sobre o termo “ai” é:

- (A) indica o local da reforma geral onde deve ser incluída a melhoria pretendida;
- (B) refere-se ao termo “reforma geral da política penitenciária”, de forma a retomá-lo na frase seguinte;
- (C) é um termo anafórico, substituindo o termo “questão”, citado anteriormente no mesmo segmento;
- (D) funciona como um conectivo de forma coloquial, correspondendo à conjunção aditiva E;
- (E) mostra uma indicação de tempo, referindo-se ao momento da produção da reforma geral.

18

A passagem do texto 1 em que o termo sublinhado tem uma forma equivalente corretamente indicada é:

- (A) “Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação...” / no entretanto;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”. / Desse modo;
- (C) “...reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos:...” / em relação a;
- (D) “...superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, ...” / em função de;
- (E) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos...” / na verdade.

19

Diante do leitor, a voz do autor do texto 1 é:

- (A) autoritária, pois mostra suas opiniões como certezas;
- (B) politicamente aliciadora, pois tenta convencer por meio de falácias argumentativas;
- (C) intimidadora, pois desconsidera intelectualmente os que participam de sua opinião;
- (D) sedutora, pois tenta manipular argumentos para que os leitores possam ficar convencidos;
- (E) pouco efetiva, pois o texto carece de conclusão que indique solução para o problema levantado.

20

O autor do texto fala do paternalismo e da esquizofrenia do ECA; no texto 1, o termo sublinhado se refere a(à):

- (A) distúrbios mentais graves;
- (B) dissociação das funções psíquicas;
- (C) perda de contato com a realidade;
- (D) problemas de afetividade;
- (E) hipocondria e regressão.

21

“...seria contraproducente enviar jovens delinquentes a presídios”; se desenvolvermos a oração reduzida desse segmento do texto 1, a forma adequada seria:

- (A) que se enviasse jovens delinquentes a presídios;
- (B) que se enviem jovens delinquentes a presídios;
- (C) que se enviassem jovens delinquentes a presídios;
- (D) que enviemos jovens delinquentes a presídios;
- (E) que se envie jovens delinquentes a presídios.

22

“Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”.

A afirmativa correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) o adjetivo “falso” indica uma opinião do autor;
- (B) a conjunção E está unindo dois termos sinônimos;
- (C) a forma verbal “equivale” deveria ser substituída por “equivalem”;
- (D) o adjetivo “paralisado” está no masculino porque concorda com “autor”;
- (E) a forma “do”, antes de ECA, deveria perder o artigo, já que uma sigla não tem gênero.

23

Nos pares abaixo, o adjetivo que NÃO pode ser classificado entre os adjetivos de relação é:

- (A) maioria penal;
- (B) violência sexual;
- (C) reforma geral;
- (D) más condições;
- (E) sistema penitenciário.

24

O segmento do texto 1 em que a conjunção E une termos que, no contexto, podem ser vistos como redundantes é:

- (A) “conservação e higiene são peças de ficção”;
- (B) “melhorar as condições de detentos e internos”;
- (C) “o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA”;
- (D) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia”;
- (E) “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Conhecimentos Específicos**25**

Uma determinada entidade está sendo investigada após denúncias de envolvimento de funcionários em esquemas de corrupção e desvios de verbas. Com isso, o conselho de administração da entidade solicitou uma auditoria para determinar se as atividades financeiras e operacionais do segmento de distribuição estão obedecendo às regras que lhe são aplicáveis.

Esse tipo de auditoria solicitada pelo conselho de administração da entidade é denominado auditoria:

- (A) contábil;
- (B) de gestão;
- (C) de processos;
- (D) especial;
- (E) operacional.

26

De acordo com a NBC TA que trata da estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção, nesses trabalhos o auditor independente expressa uma conclusão com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos outros usuários previstos acerca do resultado de avaliações ou mensurações efetuadas. O trabalho de asseguarção requer a consideração de alguns elementos. Das opções a seguir, a que NÃO constitui um dos elementos do trabalho de asseguarção é:

- (A) critérios adequados;
- (B) evidências apropriadas e suficientes;
- (C) objeto apropriado;
- (D) relatório de asseguarção escrito na forma apropriada;
- (E) relacionamento entre, pelo menos, duas partes (contratante e auditor).

27

Ao elaborar um contrato com uma empresa de auditoria independente, a entidade que seria auditada pela primeira vez incluiu no contrato uma cláusula acerca do trabalho a ser feito. A cláusula mencionava que, após o trabalho, o parecer deveria assegurar de forma incontestável que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Essa cláusula é considerada inadequada em decorrência do(a):

- (A) limitação do escopo da auditoria;
- (B) limitação inerente à auditoria;
- (C) risco de distorção relevante;
- (D) risco de controle;
- (E) risco inerente.

28

Uma determinada firma de auditoria iniciou os trabalhos em uma entidade, a partir de um contrato que prevê execução de auditoria por cinco anos. Um dos auditores, ao executar o trabalho de auditoria inicial nessa entidade, atestou argumentos apresentados pela empresa auditada de tal forma a indicar comprometimento da objetividade do seu trabalho.

O posicionamento do auditor constitui ameaça à independência em decorrência de:

- (A) autorrevisão do trabalho;
- (B) defesa de interesse do cliente;
- (C) familiaridade;
- (D) intimidação profissional;
- (E) interesse próprio.

29

O contador está envolvido em um esquema de desfalques no caixa da empresa em que trabalha. A empresa mantém contas nos bancos X e Y. Com o objetivo de encobrir falta de dinheiro na conta do banco X, o contador deposita em 31/12 a quantia que faltava nessa conta, por meio de cheque da conta do banco Y. Porém, o cheque só foi registrado como desembolso na conta do banco Y em janeiro do ano seguinte. Na reconciliação bancária a falta de dinheiro no caixa é temporariamente ocultada em decorrência do tempo de compensação do cheque. Nos trabalhos de auditoria, esse tipo de desfalque é denominado:

- (A) desfalque encoberto;
- (B) desfalque sistêmico;
- (C) encaixe;
- (D) *kiting*;
- (E) *lapping*.

30

Na determinação da extensão dos testes de auditoria, em geral, o auditor emprega técnicas de amostragem, porém essas apresentam alguns riscos. Acerca dos riscos de amostragem, avalie as afirmativas a seguir.

I) O nível do risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar dos resultados afeta o tamanho da amostra.

II) O auditor está sujeito aos riscos de amostragem tanto nos testes substantivos quanto nos testes de observância.

III) Os riscos de superavaliação de confiabilidade e o risco de aceitação incorreta afetam a eficiência da auditoria, pois em geral conduzem o auditor a realizar trabalhos adicionais.

IV) Os riscos de subavaliação da confiabilidade e o risco de rejeição incorreta afetam a eficácia da auditoria e têm mais probabilidade de conduzir a uma conclusão errônea.

É correto o que se afirma em:

- (A) somente I e II;
- (B) somente II e III;
- (C) somente III e IV;
- (D) somente I, II e IV;
- (E) I, II, III e IV.

31

Uma empresa industrial realizou vendas no período de 1.000 itens do seu estoque, por R\$180,00 cada um, para pagamento em 30 dias. Ao cliente foi concedido um desconto de 1,5%, na nota fiscal e o frete, no valor de R\$2.250,00, é de responsabilidade da empresa.

Dados adicionais:

- o cliente terá um desconto de R\$1.800,00 no pagamento dentro do prazo;
- o custo de cada produto vendido é de R\$90,00;
- no mesmo período foram registrados: salários dos vendedores no valor de R\$4.200,00, outras despesas no valor de R\$1.350,00;
- ICMS no valor de R\$34.200;
- IPI no valor R\$9.000,00;
- PIS no valor de R\$1.170,00;
- COFINS no valor de R\$5.400,00.

Com base nas informações anteriores e nos dados acima, é possível determinar que a receita líquida é:

- (A) R\$46.530;
- (B) R\$129.680;
- (C) R\$136.530;
- (D) R\$138.680;
- (E) R\$139.230.

32

Uma empresa realizou e registrou as seguintes atividades, durante o exercício de 2014:

• Recebimento pela prestação de serviços, à vista;	\$ 300.000
• Recebimento de empréstimos obtidos, via emissão de debêntures de longo prazo;	\$ 75.000
• Pagamento à vista de fornecedores, referente ao suprimento de matérias-primas;	\$ 25.000
• Recebimento de equipamentos de informática em doação;	\$ 5.000
• Pagamento, no ato da compra, pela aquisição de terreno para construção da nova sede da empresa;	\$ 200.000
• Recebimento de dividendos pela participação acionária em outra empresa;	\$ 1.500
• Pagamento de bem do imobilizado, adquirido a prazo;	\$ 2.500
• Recebimento de rendimentos de aplicações financeiras, que geraram ativos classificados como equivalentes de caixa;	\$ 2.000
• Pagamento de juros sobre o capital próprio;	\$ 1.300
• Aquisição de veículo, via contrato de alienação fiduciária;	\$ 40.000
• Pagamento de duas parcelas do principal do empréstimo, obtido em exercício anterior;	\$ 7.500
• Pagamento de imposto municipal sobre os serviços prestados pela empresa.	\$ 15.000

Ao final do exercício de 2014, a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método direto, da empresa evidenciou como efeito das transações ocorridas no exercício:

- (A) um resultado positivo das atividades de financiamento, no valor de R\$63.700;
- (B) um resultado positivo das atividades operacionais, no valor de R\$260.000;
- (C) um resultado negativo das atividades de investimento, no valor de R\$193.500;
- (D) uma geração líquida de caixa positiva, no valor de R\$132.200;
- (E) uma geração líquida de caixa negativa, no valor de R\$87.200.

33

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis da empresa DILU S/A, referente ao exercício de 2014, foi emitido com as seguintes ressalvas: ausência de reconhecimento adequado das provisões para perdas no estoque; ausência de adoção de critérios de *impairment* do imobilizado condizentes com a realidade econômica de seus ativos; e classificação indevida das obrigações a pagar inferior a 12 meses no Passivo Não Circulante. Considerando esses fatos, um analista financeiro, desejando conhecer a Liquidez Corrente (LC) da empresa, deverá:

- (A) realizar ajustes, reduzindo o valor do estoque e do imobilizado registrados no Ativo;
- (B) realizar ajuste, aumentando o valor do Ativo, em decorrência da ausência de realização do *impairment* pela empresa;
- (C) realizar ajuste, reduzindo o Passivo Circulante e aumentando o Passivo Não Circulante, em decorrência do valor de obrigações a pagar;
- (D) realizar ajustes, reduzindo o valor do estoque no Ativo Circulante e aumentando o valor de obrigações a pagar no Passivo Circulante;
- (E) considerar como base de sua análise as informações originais das Demonstrações Contábeis.

34

A concepção doutrinária do princípio da unidade é que o orçamento deve ser uno, ou seja, cada unidade orçamentária deve possuir apenas um orçamento. A análise desse princípio, quanto às disposições constitucionais e legais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, permite afirmar que:

- (A) a divisão da LOA em múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – fere diretamente o princípio da unidade;
- (B) a existência do orçamento de investimento das estatais fere explicitamente o princípio da unidade, apesar de não constituir efetivamente um orçamento;
- (C) a ocorrência de situações de urgência e calamidade pública são justificativas para permitir a existência de orçamentos paralelos;
- (D) a consolidação dos múltiplos orçamentos não atenua o descumprimento do princípio da unidade;
- (E) os múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – seguem a concepção da totalidade orçamentária.

35

O ciclo de aprovação, execução, controle e prestação de contas do orçamento público apresenta uma série de etapas com suas competências. Associe os órgãos/poderes e suas respectivas competências no ciclo orçamentário.

- (1) Controle interno () Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária
- (2) Órgão central de contabilidade de () Elaboração do quadro de detalhamento da despesa
- (3) Órgão central de planejamento de () Elaboração da proposta de Programação Financeira
- (4) Unidade Orçamentária () Execução do Orçamento
- () Acompanhamento, avaliação e correção de rumos

A associação correta é:

- (A) 3 - 3 - 2 - 4 - 1;
 (B) 3 - 2 - 1 - 4 - 2;
 (C) 4 - 3 - 2 - 3 - 1;
 (D) 4 - 3 - 2 - 2 - 1;
 (E) 2 - 1 - 3 - 4 - 2.

36

O Plano Plurianual (PPA) é considerado uma inovação na Constituição Federal de 1988 em termos de orçamento, que estabeleceu seus objetivos e conteúdos. Acerca do PPA, avalie as afirmativas a seguir.

I) O PPA deve estabelecer metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

II) No PPA federal, como programas de duração continuada, têm sido considerados apenas ações de natureza finalística.

III) Os critérios de regionalização dos objetivos das políticas a serem definidas no PPA devem ser regulamentados em Lei Complementar.

IV) A avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual é competência exclusiva do Poder Legislativo.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
 (B) II e III;
 (C) II e IV;
 (D) I, II e III;
 (E) II, III e IV.

37

A Lei de Diretrizes Orçamentárias está prevista na Constituição Federal e deve ser elaborada a partir das definições do PPA e também orientar a elaboração da LOA. Acerca da LDO, é correto afirmar que:

- (A) as metas de apuração da receita corrente líquida serão definidas na LDO;
- (B) a realização de audiências públicas para discussão da LDO é facultativa;
- (C) a LDO deverá conter demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrentes de isenções e anistias;
- (D) a LDO elaborada no primeiro ano de mandato não é baseada em PPA previamente aprovado;
- (E) um dos conteúdos da LDO é a definição das políticas de aplicação das agências financeiras de investimento.

38

Uma descrição típica para uma Lei Orçamentária Anual do município de São Paulo seria: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício financeiro de ____ e dá outras providências”. Uma providência que pode ser dada na LOA sem ferir o princípio da exclusividade é:

- (A) autorização para contratação de operações de créditos;
- (B) definição de critérios e forma de limitação de empenho;
- (C) definição sobre forma de utilização da reserva de contingência;
- (D) estimativa e compensação da renúncia de receita;
- (E) estabelecimento de limite para abertura de créditos adicionais especiais.

39

Quadro I

Os dados a seguir foram obtidos junto ao Sistema de Contabilidade em um município do Estado de São Paulo, relativo a um determinado exercício e estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valor
Superávit financeiro do exercício anterior	16.300,00
Excesso de arrecadação	28.500,00
Créditos adicionais especiais reabertos no exercício	5.400,00
Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	11.200,00
Créditos adicionais suplementares abertos no exercício	9.100,00
Operações de crédito por antecipação da receita	7.800,00
Recursos de dotações para anulação	9.500,00
Recursos de convênios não vinculados não previstos na LOA	7.000,00
Recursos de reserva de contingência	12.000,00
Recursos decorrentes de vetos na LOA	4.900,00

O objetivo da solicitação das informações do Quadro I foi verificar recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais. Considerando as disposições legais e os dados apresentados, o montante disponível é:

- (A) 86.000,00;
 (B) 78.500,00;
 (C) 78.200,00;
 (D) 69.400,00;
 (E) 61.600,00.

40

Considerando as diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial a NBC T 16.1, o conceito de unidade contábil deve ser aplicado para a:

- (A) realização de registros automáticos para unificação dos fatos contábeis de entidades filantrópicas;
- (B) gestão de informações de entidades privadas que prestam serviços continuados aos entes públicos;
- (C) unificação dos registros das entidades públicas que possuem ou não patrimônio próprio;
- (D) consolidação de entidades públicas e privadas para fins de atendimento a necessidades gerenciais e fiscais;
- (E) unificação de parcelas do patrimônio público vinculadas a unidades contábeis descentralizadas, para fins de controle e evidenciação dos seus resultados.

41

As normas e as técnicas próprias da Contabilidade Pública têm como campo de aplicação, de acordo com os preceitos da NBC T 16.1, as entidades que atuam:

- (A) como conselhos profissionais;
- (B) como organizações da sociedade civil em geral;
- (C) sob a perspectiva do cumprimento de programas filantrópicos;
- (D) sob a perspectiva de organizações não governamentais;
- (E) como prestadoras de serviços de atividades fins para entes públicos.

42

A Secretaria de Saúde da Prefeitura de Ararazul, para fins de cumprimento do limite constitucional de aplicação em Ações e Serviços Públicos em Saúde, realizou, ao final do exercício de 2014, o empenho da despesa de pessoal referente ao salário dos médicos de janeiro do exercício seguinte. Considerando esse empenhamento, o setor contábil não realizou a provisão para salários a pagar sob o enfoque patrimonial.

Sob a ótica da Resolução CFC nº 750/93 e suas atualizações, ao deixar de realizar esse registro, ele incorreu no descumprimento do seguinte princípio contábil:

- (A) entidade;
- (B) anualidade;
- (C) transparência;
- (D) competência;
- (E) registro pelo valor original.

43

Sob a perspectiva do serviço público, o princípio contábil que determina que a autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos é o princípio da:

- (A) entidade;
- (B) oportunidade;
- (C) compreensibilidade;
- (D) prudência;
- (E) transparência.

44

A Empresa Pública de Direitos Iguais, previamente ao encerramento do exercício financeiro, analisou seus contratos e identificou a realização de despesas sem prévio empenho, referente à aquisição de gêneros alimentícios para a festa de final do ano da empresa. O contador teve conhecimento desse fato e decidiu pelo registro patrimonial da despesa sem empenho, visando seu reflexo nas Demonstrações Contábeis do exercício. Sob a perspectiva da entidade pública, a realização desse registro no final do exercício teve por pressuposto a necessidade de atendimento dos seguintes princípios contábeis:

- (A) prudência e transparência;
- (B) registro pelo valor original e entidade;
- (C) entidade e prudência;
- (D) competência e equilíbrio;
- (E) oportunidade e competência.

45

Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- (A) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- (B) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- (C) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;
- (D) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;
- (E) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

46

De acordo com o art. 11 da Lei Orgânica do Município de São Paulo "qualquer munícipe, partido político, associação ou entidade é parte legítima para denunciar irregularidades à Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas, bem como aos órgãos do Poder Executivo".

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que disciplinou os requisitos de admissibilidade e processamento para essas denúncias, é correto afirmar que:

- (A) são admitidas somente denúncias cujo autor esteja identificado, vedando-se o anonimato;
- (B) o denunciante está dispensado de apresentar provas ou indícios da ilegalidade ou irregularidade noticiada;
- (C) constatada a existência de irregularidade durante a apuração, os responsáveis serão sumariamente condenados pelo tribunal, dispensando-se o contraditório nos casos de denúncia;
- (D) concluída a fase instrutória, os autos poderão ser submetidos a qualquer dos órgãos colegiados (tribunal pleno ou câmaras);
- (E) uma vez recebida e conhecida pelo relator, não pode o tribunal determinar o arquivamento de denúncia inepta.

47

As transferências voluntárias da União para estados e municípios realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria fazem parte de um sistema de cooperação para execução de ações de interesse recíproco, financiadas majoritariamente com recursos do orçamento federal. Suponha que a União, por meio do Ministério da Cultura, transfira voluntariamente, mediante convênio, recursos para a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para financiar um projeto na área de preservação da memória. O município cofinancia a ação por meio do aporte de uma contrapartida de 10% do total do ajuste.

Quanto à jurisdição dos órgãos de controle externo, é correto afirmar que:

- (A) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União a fiscalização do ajuste, pois os recursos são majoritariamente federais;
- (B) há uma competência concorrente do Tribunal de Contas do Município e do Tribunal de Contas da União, de forma autônoma e independente;
- (C) compete ao Tribunal de Contas do Município fiscalizar somente a aplicação dos recursos da contrapartida do ajuste;
- (D) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas do Município a fiscalização do ajuste, pois os recursos têm como destino o orçamento do município;
- (E) o Tribunal de Contas do Município pode fiscalizar o ajuste desde que previamente autorizado pelo Tribunal de Contas da União, mediante acordo de cooperação.

48

A Lei Orgânica do Município de São Paulo atribui ao Tribunal de Contas do município competência para realizar, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo do município, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Essas auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio Tribunal ou se solicitadas:

- (I) pela Câmara Municipal de São Paulo;
- (II) por comissões da Câmara Municipal ou por vereador no cumprimento de seu mandato;
- (III) pelo prefeito do município;
- (IV) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- (V) por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do município.

A opção que contém apenas legitimados a requerer auditorias ao Tribunal de Contas, segundo a Lei Orgânica do Município, é:

- (A) (I) e (II);
- (B) (I) e (V);
- (C) (II) e (IV);
- (D) (III) e (IV);
- (E) (III) e (V).

49

Sobre os processos de contas anuais, de acordo com as disposições de seu regimento interno, é correto afirmar que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- (A) ao julgar suas próprias contas, emitirá juízo conclusivo sobre sua aprovação ou rejeição;
- (B) não admite recurso contra o acórdão que aprovar o parecer sobre as contas do prefeito;
- (C) tomará as contas do prefeito caso não sejam apresentadas no prazo previsto na Lei Orgânica do Município;
- (D) julgará as contas da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo;
- (E) apreciará, mediante parecer prévio, as contas das entidades da administração indireta do Município.

50

Similarmente à Constituição da República, a Lei Orgânica do Município de São Paulo estipula que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Sobre o relacionamento desse sistema de controle interno com o Tribunal de Contas do Município, é correto afirmar que:

- (A) o controle interno do Poder Legislativo, se solicitado pelo Tribunal de Contas do Município, pode realizar auditorias e inspeções em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (B) por operar autonomamente, o órgão de controle interno do Poder Executivo não está sujeito a realizar auditorias por solicitação do Tribunal de Contas do Município;
- (C) somente o Tribunal de Contas do Município pode realizar auditorias operacionais em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (D) as auditorias realizadas no âmbito do sistema de controle interno restringem-se a órgãos e entidades públicos;
- (E) o controle interno deve apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.

51

Na medida em que a existência da lei orgânica municipal está prevista na Constituição da República, sujeitando-se aos balizamentos ali estabelecidos, é correto afirmar que:

- (A) as matérias passíveis de serem regulamentadas pela lei orgânica municipal podem ser restringidas pela Constituição Estadual, que pode uniformizar, livremente, a legislação dos Municípios situados em seu território;
- (B) a lei orgânica municipal, como projeção da autonomia municipal, deve disciplinar a organização municipal consoante os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, não sendo possível que a Constituição Estadual o faça;
- (C) as matérias passíveis de serem regulamentadas pela lei orgânica municipal podem ser livremente ampliadas pela Constituição Estadual, com o uso do instituto da delegação de competências legislativas;
- (D) a lei orgânica municipal pode estabelecer a disciplina normativa de toda e qualquer temática afeta à competência legislativa municipal;
- (E) a relação de sujeição normativa decrescente identificada entre a Constituição da República, a Constituição Estadual e a lei orgânica municipal faz com que a última possa ser livremente comprimida pela expansão das duas primeiras.

52

Epaminondas, servidor público estadual, ao refletir sobre a possibilidade de concorrer a um mandato eletivo, procurou um advogado e pediu orientação a respeito da sistemática constitucional de acumulação de cargos públicos. A esse respeito, é correto afirmar que o servidor público:

- (A) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, terá o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- (B) pode acumular qualquer cargo público, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (C) pode acumular, dentre outros, dois cargos de natureza técnica ou científica, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (D) não pode acumular nenhum cargo público, ainda que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (E) no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, deverá ficar sempre afastado do cargo, emprego ou função junto à administração pública direta ou indireta.

53

Considerando as elevadas disponibilidades de caixa de determinado ente federativo, foi formulada consulta, pelo Chefe do Poder Executivo, à sua assessoria, a respeito do que deveria ser feito com esses recursos. Com os olhos voltados às normas constitucionais afetas às finanças públicas, é correto afirmar que essas disponibilidades:

- (A) devem ser necessariamente depositadas, qualquer que seja o ente federativo a que pertençam, no Banco Central;
- (B) podem ser depositadas em instituição financeira de livre escolha do respectivo ente federativo;
- (C) quando pertencentes aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não precisam ser depositadas em banco oficial;
- (D) podem ser depositadas em bancos privados ou em bancos oficiais conforme definido por lei editada pelo respectivo ente federativo;
- (E) não têm o mesmo tratamento do crédito da folha de pagamento, já que este último pode ser depositado em banco privado.

54

A respeito da atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () A fiscalização das empresas públicas e das sociedades de economia mista está limitada aos bens ou valores públicos por elas administrados.
- () O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo de qualquer ente federativo.
- () Na medida em que o Tribunal de Contas está inserido na estrutura do Poder Legislativo, suas decisões condenatórias estão suscetíveis à revisão dessa estrutura de poder nas hipóteses previstas em lei.

A sequência correta é:

- (A) V – F – F;
- (B) F – V – V;
- (C) F – F – F;
- (D) V – V – V;
- (E) V – F – V.

55

Determinado município iniciou processo licitatório para, na modalidade pregão, contratar sociedade empresária para fornecer à municipalidade determinado material escolar, cujo padrão de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Durante a chamada fase externa do pregão, aberta a sessão pública, os interessados entregaram os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos. Assim, verificou-se que os cinco licitantes participantes apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município, da seguinte forma: 50 mil, 52 mil, 53 mil, 54 mil e 58 mil reais. Passo seguinte, levando em consideração o que dispõe a Lei nº 10.520/02, o pregoeiro deve:

- (A) oportunizar ao autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (B) oportunizar a todos os licitantes que apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (C) proceder ao imediato julgamento e classificação das propostas, adotando o critério de menor preço, e convocar o licitante que ofertou 50 mil reais para assinar o contrato;
- (D) proceder à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação dos três licitantes que apresentaram as melhores propostas, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;
- (E) declarar vencedor o licitante que fez a oferta de menor valor (50 mil reais), homologar a licitação e adjudicar ao vencedor o objeto da licitação, assinando com ele o contrato administrativo.

56

Rafael é servidor público ocupante de cargo efetivo de Técnico Administrativo do Poder Executivo municipal. Por meio de uma portaria assinada pelo Prefeito, Rafael foi cedido para o Poder Legislativo do mesmo município, para exercer a função de chefe de gabinete de Vereador, no período de 01/06/14 até 01/06/16. Em meados de 2015, por necessidade do serviço, o Prefeito expediu nova portaria revogando a cessão de diversos servidores (dentre eles, a de Rafael) a órgãos estranhos ao executivo municipal e determinando seu retorno ao órgão de origem, em 30 dias. Inconformado, Rafael impetrou mandado de segurança, pleiteando a manutenção de sua cessão à câmara municipal até o dia 01/06/16. A pretensão de Rafael merece ser julgada:

- (A) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir, pelo princípio da proporcionalidade, que a contribuição do servidor cedido à Câmara, no caso concreto, é mais importante que a alegação de necessidade de pessoal no executivo;
- (B) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo vinculado e, por tal razão, o Poder Judiciário pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- (C) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) improcedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, deve controlar apenas a sua legalidade (e não o seu mérito) e o Prefeito pode revogar a cessão antes do prazo final, por motivos de oportunidade e conveniência, que atendam ao interesse público;
- (E) improcedente, eis que, apesar de a revogação da cessão ser um ato administrativo vinculado e, por isso, tanto a Administração quanto o Poder Judiciário, podem analisar o seu mérito, revisando os valores de oportunidade e conveniência na manutenção do ato, na hipótese em tela deve ser respeitada a supremacia do Poder Executivo.

57

A Lei Federal nº 11.079/04 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. De acordo com tal lei, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- (A) para a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;
- (B) que preveja o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;
- (C) que contenha cláusula dispondo sobre a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- (D) para a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens;
- (E) que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

58

Fortes chuvas, imprevisíveis para esta época do ano, assolaram determinado município do interior do Estado, dando causa a estado de emergência e de calamidade pública, com a destruição parcial de alguns bairros. Em razão de alagamentos, enchentes e desmoronamentos, a Defesa Civil interditou diversas pontes e vias públicas. Caracterizada a urgência de atendimento de situação que podia ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, o Prefeito realizou diversas contratações diretas não precedidas de licitação. Para que tais contratações estejam revestidas de legalidade, devem ter sido efetivadas mediante processo administrativo de:

- (A) dispensa de licitação e possuir valor global de até 20% (vinte por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, bem como não podem ser referentes a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- (B) dispensa de licitação e se referir somente aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (C) dispensa de licitação e estar de acordo com o preço de mercado, se referindo somente aos bens necessários ao atendimento da situação de urgência e para obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (D) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, sendo o prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitida uma prorrogação dos respectivos contratos;
- (E) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, se referindo a parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

59

Antônio é servidor público estatutário municipal estável ocupante de cargo efetivo. Após estudos estratégicos sobre pessoal, realizados pela Secretaria Municipal de Administração, foi editada lei municipal extinguindo alguns cargos do Poder Executivo, dentre eles o ocupado por Antônio. De acordo com a disciplina constitucional que rege a matéria, Antônio:

- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (B) será promovido, por critério de ascensão, a outro cargo efetivo existente, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) será reconduzido a outro cargo efetivo que exija mesma escolaridade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (D) será reintegrado a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário, mantida sua remuneração;
- (E) ficará em readaptação a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário.

60

Determinado município contratou, após regular processo licitatório, sociedade empresária para construir uma escola municipal. Ocorre que a contratada reiteradamente não vem cumprindo as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos acordados. Tendo por base as normas previstas na Lei nº 8.666/93, em especial aquelas sobre inexecução e rescisão de contratos administrativos, a Administração Pública municipal contratante poderá rescindir o contrato por ato escrito e:

- (A) unilateral, com a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- (B) unilateral, com o decreto da indisponibilidades de bens da contratada (e, se preciso, de seus sócios), até o limite do prejuízo causado à Administração;
- (C) bilateral, com a proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 8 (oito) anos e o integral ressarcimento dos danos ao erário;
- (D) bilateral, com o integral ressarcimento dos danos ao erário e a suspensão dos direitos políticos dos sócios administradores da sociedade empresária;
- (E) bilateral, com a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 8 (oito) anos.

61

Tanto as Organizações Sociais como as Organizações das Sociedades Civas de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos, que recebem tal qualificação pelo Poder Público, uma vez preenchidos os requisitos legais. Conhecendo as peculiaridades que distinguem as Organizações Sociais (OS's) das Organizações das Sociedades Civas de Interesse Público (OSCIP's), é correto afirmar que:

- (A) as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e das OSCIP's são definidas por meio de contrato de gestão, enquanto que o vínculo das OS's com a Administração Pública é estabelecido por meio de termo de parceria;
- (B) as OS's recebem ou podem receber delegação para a gestão de serviço público, enquanto as OSCIP's exercem atividade de natureza privada (serviços sociais não exclusivos do Estado), com a ajuda do Estado;
- (C) ao contrário do que ocorre com as OS's, são passíveis de qualificação como OSCIP's as cooperativas, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- (D) as OS's já são fundadas com a qualificação jurídica de organização social em seu estatuto social, enquanto que as OSCIP's somente recebem tal título por força de lei específica, após comprovarem os requisitos legais;
- (E) às OS's não poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, enquanto que as OSCIP's poderão receber tal aporte por atuarem visando ao interesse público.

62

Gabriel, funcionário público que atua junto à Receita Federal instalada no aeroporto internacional de São Paulo, com função de controle dos produtos que ingressam no país, possui um acordo com a sociedade empresária em que trabalha seu filho no sentido de que não obstará a entrada de mercadorias estrangeiras proibidas em território nacional. No dia 02 de junho de 2015, colocou o acordo em prática, permitindo a entrada de animais silvestres comprados pela sociedade sem a devida autorização. Nesse caso, é correto afirmar que Gabriel praticou o crime de:

- (A) contrabando, em concurso de agentes;
- (B) facilitação de contrabando ou descaminho;
- (C) descaminho, em concurso de agentes;
- (D) descaminho, em tese, mas deve ser reconhecido o princípio da insignificância;
- (E) prevaricação.

63

O princípio da transparência fiscal traz a ideia de que toda atividade financeira deve se desenvolver com clareza e transparência, como forma de legitimação do Estado Social e Democrático de Direito. Visando dar aplicabilidade a esse princípio, a Lei nº 10.028/2000 introduziu os artigos 359-A até 359-H no Código Penal, trazendo os chamados Crimes contra as Finanças Públicas.

Sobre o tema, é correto afirmar que o crime de:

- (A) “contratação de operação de crédito” é classificado pela doutrina como tipo misto alternativo;
- (B) “assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura” proíbe que seja ordenada assunção de obrigação durante todo o último ano do mandato, se esta não puder ser paga no mesmo exercício financeiro;
- (C) “ordenação de despesa não autorizada” é classificado pela doutrina como norma penal em preto;
- (D) “prestação de garantia graciosa” é classificado pela doutrina como crime impróprio, já que o sujeito ativo não possui qualquer especial característica;
- (E) “não cancelamento de restos a pagar” é classificado pela doutrina como modalidade de crime comissivo impróprio.

64

José, juiz de direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, depara-se com um processo em que figura na condição de ré uma grande amiga de infância de sua filha. Não havendo causa de impedimento ou suspeição, separa o processo para proferir, com calma, na manhã seguinte, uma sentença condenatória bem fundamentada, pois sabe que sua filha ficaria chateada diante de sua decisão. Ocorre que, por descuido, esqueceu o processo no armário de seu gabinete por 06 meses, causando a prescrição da pretensão punitiva. Considerando a hipótese narrada, é correto afirmar que a conduta de José:

- (A) é atípica, sob o ponto de vista do Direito Penal;
- (B) configura a prática do crime de prevaricação, pois presente o elemento subjetivo da satisfação de sentimento pessoal;
- (C) configura a prática do crime de condescendência criminosa;
- (D) configura a prática do crime de prevaricação, bastando para tanto o dolo genérico;
- (E) configura a prática do crime de corrupção passiva.

Conhecimentos Especializados

65

O diretor de uma empresa afirmou que a maior parte de seu tempo é dedicada à participação em reuniões com *stakeholders* externos e entrevistas à mídia, informando sobre as atividades, políticas e resultados da organização. O diretor desempenha, principalmente, um papel:

- (A) interpessoal, de líder;
- (B) decisório, de negociador;
- (C) informacional, de disseminador;
- (D) interpessoal, de elemento de ligação;
- (E) informacional, de porta-voz.

66

No estoque de um hospital constavam, em 5 de junho, 50 unidades de determinado material cirúrgico, ao preço unitário de R\$10,00. No dia 10 de junho entraram no estoque mais 100 unidades do material, ao preço de R\$12,00 por unidade. No dia 29 de junho saíram do estoque 60 unidades desse material. Em 30 de junho, o valor do saldo do estoque do material cirúrgico, calculado pelo método PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) era de:

- (A) R\$720,00;
- (B) R\$890,00;
- (C) R\$980,00;
- (D) R\$1.040,00;
- (E) R\$1.080,00.

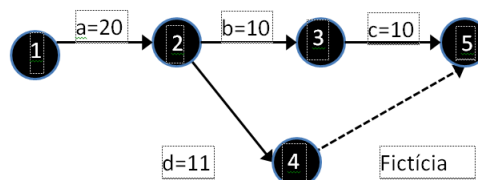
67

A empresa Alfa compra de um fornecedor peças para manutenção de maquinário por R\$5,00 a unidade. A empresa Alfa estima que o consumo anual dessas peças será de 1000 unidades para o ano de 2015. O custo para fazer o pedido ao fornecedor é de R\$10,00 e o custo de posse do estoque é de R\$2,00 por unidade ao ano. Nessas condições, o lote econômico de compra das peças de manutenção é de:

- (A) 100 unidades;
- (B) 250 unidades;
- (C) 500 unidades;
- (D) 750 unidades;
- (E) 1200 unidades.

68

O diagrama abaixo representa o CPM de um pequeno projeto, com a duração de cada atividade em dias.



O caminho crítico desse projeto leva:

- (A) 31 dias;
- (B) 40 dias;
- (C) 41 dias;
- (D) 49 dias;
- (E) 51 dias.

69

Uma metalúrgica tem seu *layout* de produção organizado por processo. O diretor de operações está estudando possíveis mudanças nesse *layout*, com o objetivo de reduzir os custos de manuseio de materiais e de mudanças de máquinas, bem como de simplificar o planejamento e controle da produção. Seria um *layout* adequado para atender a esses objetivos:

- (A) posicional;
- (B) produção contínua;
- (C) por produto;
- (D) celular;
- (E) linha de montagem.

70

No contexto atual, há uma tendência ao encurtamento do ciclo de vida dos produtos, especialmente em indústrias como a de computadores e de bens de consumo. Esse encurtamento do ciclo de vida dos produtos apresenta como efeito para a administração de operações, entre outros:

- (A) priorização competitiva em custos;
- (B) ênfase na produção por encomenda;
- (C) foco na produção por projeto;
- (D) aumento dos gastos com desenvolvimento de produtos;
- (E) adoção de *layouts* posicionais.

71

Um gerente de marketing recebeu cerca de 50 currículos de candidatos a uma vaga para analista na sua área. Diante do grande número de informações e das restrições de tempo e de recursos para avaliar todos os candidatos, o gestor decidiu restringir sua análise aos currículos dos candidatos formados nas duas universidades consideradas as melhores da cidade, pois acredita que “dessas universidades só sai gente bem formada”. Em seu processo de tomada de decisão, o gerente está utilizando-se de uma heurística conhecida como:

- (A) representatividade;
- (B) disponibilidade;
- (C) ancoragem;
- (D) *framing*;
- (E) decisão satisfatória.

72

Uma montadora de automóveis precisa decidir se fabrica internamente um novo modelo de válvula para os motores ou se compra a válvula de um fornecedor externo. Estima-se que serão necessárias ao processo de montagem dos carros, anualmente, 10.000 válvulas. No fornecedor, a válvula custa R\$80,00. Os engenheiros da montadora estimam um custo fixo anual de R\$150.000,00 e um custo variável de R\$70,00/unidade para produzir as válvulas internamente. A montadora deve optar por fabricar as válvulas internamente quando o volume anual necessário ao processo de montagem dos carros for maior do que:

- (A) 15.000 unidades;
- (B) 18.500 unidades;
- (C) 21.000 unidades;
- (D) 55.000 unidades;
- (E) 70.000 unidades.

73

Um jovem acaba de ser contratado para o cargo de analista de marketing em um banco. Para facilitar sua integração e aprendizado, o jovem gostaria de conhecer melhor a cultura do banco. Para isso, ele poderia observar:

- (A) os rituais, o tipo de avaliação de desempenho, o número de funcionários;
- (B) a linguagem, os critérios de promoção, o clima organizacional;
- (C) o vestuário, os heróis, a estrutura de governança;
- (D) os estilos de liderança, a qualidade dos serviços, as instalações;
- (E) os mitos, a estratégia competitiva, a participação do banco no mercado.

74

A empresa Lambda atua há muito tempo na indústria de embalagens. A empresa alcançou uma posição sólida no mercado, apoiada em uma bem sucedida estratégia de liderança em custos. Recentemente, o ambiente em que a empresa atua tornou-se mais dinâmico e complexo, com a entrada de concorrentes estrangeiros com produtos diversificados, surgimento de inovações na tecnologia de produção e maior pressão dos *stakeholders* por uma atuação ambientalmente responsável por parte da Lambda. A liderança decidiu reformular a estratégia da empresa, privilegiando a inovação em produtos e processos e a flexibilidade, ao mesmo tempo em que busca estimular a tomada de decisão compartilhada. Para dar sustentação à nova estratégia, a empresa pretende alterar a estrutura atual de funcional para matricial, criando grupos de projetos compostos por funcionários das várias áreas da empresa. Entre as possíveis desvantagens da nova estrutura em relação à anterior estão:

- (A) redução da capacidade de resposta ao mercado e aumento dos conflitos;
- (B) piora do clima organizacional e concentração de poder;
- (C) diminuição da eficiência operacional e dificuldades para a aprendizagem organizacional;
- (D) desperdício de recursos e dificuldades para cooperação entre departamentos;
- (E) dificuldades de coordenação e de responsabilização.

75

Um gerente precisa decidir que carro adquirir para uso funcional. A tabela abaixo apresenta a avaliação das alternativas de modelos de carros em cada um dos critérios de avaliação considerados, bem como os pesos atribuídos a cada critério:

Modelo	Preço (peso 10)	Conforto (peso 5)	Durabilidade (peso 5)	Consumo (peso 5)
W	2	10	5	8
X	9	8	8	6
Y	10	5	8	5
Z	4	6	8	5

Assumindo que esses são todos os critérios relevantes para a avaliação de um carro, pelo modelo racional de tomada de decisão o gerente deveria escolher o modelo de carro:

- (A) W;
- (B) X;
- (C) Y;
- (D) Z;
- (E) W ou Z.

76

Uma empresa fabricante de instrumentos médicos adota estratégia competitiva de diferenciação e tem estratégia de marketing baseada na flexibilidade, na qualidade e na rápida entrega dos produtos. A estratégia de operações mais apropriada para dar suporte a essa orientação dos negócios compreenderia o foco no:

- (A) processo e produção para estoque;
- (B) processo e produção sob encomenda;
- (C) produto e produto personalizado;
- (D) produto e produção sob encomenda;
- (E) produto e produção para estoque.

77

Em uma metalúrgica, o planejamento de pessoal é feito por meio da análise histórica do movimento de entradas, saídas, promoções e transferências internas do pessoal. A diretora de recursos humanos quer implantar um modelo de planejamento integrado para o planejamento de pessoal. Para isso, seria necessário considerar, como fatores intervenientes no planejamento de pessoal, entre outros:

- (A) a substituição de postos-chave e as competências desejadas;
- (B) o plano de carreiras organizacional e o *ranking* de desempenho;
- (C) a projeção de demanda e as metas relativas à área de recursos humanos;
- (D) o volume de produção planejado e as mudanças nas tecnologias adotadas que alterem a produtividade do pessoal;
- (E) os investimentos em treinamento e as transformações na cultura organizacional.

78

Uma empresa do ramo alimentício acaba de realizar um treinamento voltado para os funcionários da área operacional. A gerente de RH gostaria de avaliar os resultados do treinamento no nível dos recursos humanos.

Seria um indicador adequado:

- (A) aumento da eficácia organizacional;
- (B) melhoria da qualidade;
- (C) redução da rotatividade;
- (D) alcance dos objetivos de treinamento;
- (E) melhoria da imagem da empresa.

79

A vistoria da CIPA na agência de um banco detectou a seguinte situação em relação à segurança do trabalho: ruídos excessivos, jornada de trabalho prolongada, repetitividade e presença de vírus e bactérias. O local apresenta agentes de riscos:

- (A) ergonômicos, biológicos e de acidentes;
- (B) ergonômicos, químicos e de acidentes;
- (C) físicos, químicos e de acidentes;
- (D) físicos, ergonômicos e biológicos;
- (E) físicos, ergonômicos e químicos.

80

A diretora de RH de uma instituição de ensino e pesquisa vai formular as estratégias de treinamento e desenvolvimento da instituição para o ano de 2016 e 2017. Tendo em vista o alto custo do treinamento e desenvolvimento dos profissionais da instituição, especialmente dos professores e dos pesquisadores, a diretora quer fazer um levantamento amplo das necessidades de treinamento, considerando os níveis de análise organizacional, dos recursos humanos e da estrutura de cargos, apoiada em vários indicadores.

São indicadores de necessidades de treinamento:

- (A) implantação de remuneração variável, alta rotatividade, baixa produtividade;
- (B) análise de cargos, avaliação de desempenho, revisão do plano de carreiras;
- (C) aumentos salariais, adoção de novas tecnologias de trabalho, melhoria da infraestrutura de trabalho;
- (D) aumento do número de funcionários, revisão de *layout*, mudança da estrutura salarial;
- (E) redução do número de empregados, mudanças nos programas de trabalho, comunicação deficiente.

81

Um banco de investimentos quer melhorar o controle e a avaliação do desempenho dos processos sob responsabilidade das diversas áreas funcionais, através da adoção de indicadores de desempenho. Seriam indicadores adequados para avaliar o desempenho operacional dos processos da área de recursos humanos:

- (A) lucro líquido por empregado; passivo trabalhista total; índice de retenção de empregados;
- (B) número total da força de trabalho; salário médio por empregado; percentual das horas extras sobre o total dos salários;
- (C) custo com saúde por empregado; retorno do investimento em treinamento; custo total das reclamações trabalhistas;
- (D) *turnover* global; absenteísmo total; custo de T&D por empregado;
- (E) índice de adequação do empregado à vaga; número médio de candidatos por vaga; índice de efetividade do treinamento.

82

O presidente de uma empresa de médio porte que atua em um mercado dinâmico deseja aprimorar o controle estratégico da empresa. O presidente quer utilizar indicadores que permitam monitorar o desempenho global da organização na realização de sua missão, estratégias e objetivos.

São indicadores adequados para tal:

- (A) clima organizacional e número de sugestões de melhoria;
- (B) rentabilidade da empresa e grau de inovação;
- (C) produtividade global e volume de vendas;
- (D) tempo de ciclo e receita líquida;
- (E) lucro líquido e número de reclamações dos clientes.

83

Um dos principais marcos na evolução do campo teórico da administração é o chamado enfoque contingencial – cuja perspectiva pode ser resumida pela proposição “não existe uma única melhor forma de organizar”. Entre as contribuições fundamentais do enfoque contingencial estão:

- (A) a formulação do conceito de campo organizacional;
- (B) a proposição dos princípios gerais da administração;
- (C) o reconhecimento da organização informal;
- (D) a diferenciação entre modelo mecânico e modelo orgânico de organização;
- (E) a incorporação da dimensão simbólica na análise do ambiente organizacional.

84

Em um escritório de advocacia, o gerente administrativo constatou que os funcionários estavam constantemente circulando pelo corredor, levando documentos para os arquivos que estavam localizados em outro andar. Também constatou um acúmulo de documentos sobre as mesas e que os processos estavam ficando cada vez mais demorados para serem concluídos. O gerente percebeu que esses problemas surgiram quando foram contratados mais cinco funcionários, justamente para melhorar a produtividade dos processos de trabalho. Após analisar a situação, o gerente decidiu-se por rever o *layout* do escritório, priorizando a redução do tempo de tramitação entre as tarefas. Tendo isso em vista, o projeto do *layout* deve priorizar:

- (A) o posicionamento do gerente em local que permita observar todo o escritório;
- (B) a localização dos arquivos o mais perto possível das pessoas que os utilizam;
- (C) o uso de áreas grandes, contínuas e bem iluminadas;
- (D) o posicionamento mais próximo possível de pessoas com funções similares e inter-relacionadas;
- (E) o uso de mobiliário que permita flexibilidade na ocupação do espaço, aparência mais uniforme e conforto.

85

Um consultor foi contratado por uma grande empresa para desenvolvimento de um projeto de análise organizacional, visando identificação de problemas e formulação de soluções relativas à estrutura e aos métodos e processos de trabalho. Por limitações de tempo e de recursos, o consultor precisa decidir entre entrevistas ou questionários como instrumento de levantamento de informações. A entrevista apresenta, em relação ao questionário, as seguintes vantagens, entre outras:

- (A) facilita que as pessoas expressem suas críticas e que pessoas com pouca habilidade de escrita exponham suas opiniões;
- (B) gera informações mais confiáveis e relevantes;
- (C) torna mais fácil o registro de informações e consome menos recursos;
- (D) gera dados mais rapidamente e permite o envolvimento emocional;
- (E) permite observar a situação de trabalho *in loco* e o registro de “palpites”.

86

A tabela abaixo apresenta a estrutura de custos resumida da editora Épsilon, que produz dois produtos, L1 e L2.

CUSTOS	L1	L2
Custo de matéria-prima	R\$50.000	R\$30.000
Quantidade produzida	5000	5000
Custo de mão de obra direta	R\$14.500,00	
Custo de mão de obra indireta	R\$40.000,00	
Depreciação	R\$20.000,00	
Outros custos fixos indiretos	R\$31.000,00	

Considere os custos de depreciação como indiretos. Usando como critério de rateio o volume de produção total, os custos unitários de L1 e de L2 são, respectivamente:

- (A) R\$18,55 e R\$18,55;
 (B) R\$15,50 e R\$10,05;
 (C) R\$10,00 e R\$6,00;
 (D) R\$20,55 e R\$16,55;
 (E) R\$17,45 e R\$13,45.

87

A tabela abaixo apresenta as informações de produção e de custos e despesas da Cerâmica Alfa, para os meses de janeiro e fevereiro. A Cerâmica Alfa produz apenas um produto.

Produção/Custos	Janeiro	Fevereiro
Produção (peças)	10.000	5.000
Custos e despesas fixas (CDF)	R\$50.000,00	
Custos e despesas variáveis (CDV)	R\$5,00/peça	

Os custos unitários para os meses de janeiro e fevereiro, calculados por custeio variável são, respectivamente:

- (A) R\$10,00 e R\$15,00;
 (B) R\$5,00 e R\$5,00;
 (C) R\$5,00 e R\$10,00;
 (D) R\$15,00 e R\$10,00;
 (E) R\$10,00 e R\$10,00.

88

Uma *pet shop* funciona com uma jornada de 40 horas/semana. O tempo-padrão para o serviço de tosa de um cachorro é de 0,5 hora. Em uma determinada semana, os três funcionários atenderam 150 cachorros, levando em média 0,6 hora para realizar cada tosa. O gasto semanal da *pet shop* é de R\$2.400,00 e o preço do serviço de tosa é de R\$15,00. Analisando-se os gastos da *pet shop*, é correto afirmar que, para essa semana, os valores das perdas referentes à ineficiência e à ociosidade foram, respectivamente:

- (A) R\$300,00 e R\$600,00;
 (B) R\$150,00 e R\$600,00;
 (C) zero e R\$900,00;
 (D) R\$150,00 e zero;
 (E) R\$600,00 e R\$300,00.

89

A tabela abaixo apresenta a projeção de resultados para o mês de maio de 2015 da XYZ, empresa que produz e comercializa bolos para festas infantis.

Receita	R\$4.000,00
(-) Custos variáveis	<u>R\$1.120,00</u>
= Margem de contribuição	R\$2.880,00
(-) Custos fixos	<u>R\$1.500,00</u>
= Lucro	R\$1.380,00

Essa projeção foi baseada nos seguintes parâmetros:

- preço de venda por bolo: R\$50,00.
 - venda projetada em unidades: 80 bolos.
 - custo do material para a produção de um bolo (3Kg de material a R\$3 por Kg): R\$9,00.
 - mão de obra direta por bolo (0,5 h a R\$10,00/hora): R\$5,00.
- Ao término de maio, a contabilidade registrou as seguintes informações para o período:
- produção e venda em unidades: 75 bolos.
 - material consumido: 250 Kg, com valor total de R\$750,00.
 - mão de obra direta empregada: 40 horas, ao custo total de R\$400,00.
 - custo fixo: R\$1.510,00.

Tendo em vista os valores orçados e os valores reais apurados, é correto afirmar que as variações de preço e de eficiência dos materiais foram, respectivamente:

- (A) R\$10,00 e -R\$5,00;
 (B) zero e -R\$75,00;
 (C) R\$75,00 e zero;
 (D) R\$10,00 e zero;
 (E) R\$75,00 e -R\$5,00.

90

A administração pública gerencial surgida no final do século passado tem como fundamento o pressuposto de que:

- (A) atividades regulares necessárias aos objetivos da estrutura governada são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais;
 (B) princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade significam um sistema ordenado de subordinação, com supervisão dos postos inferiores pelos superiores;
 (C) autonomia na gestão de recursos humanos, materiais e financeiros é necessária para colocar foco na qualidade e produtividade do serviço público;
 (D) autoridade se distribui de forma estável, sendo delimitada pelas normas relacionadas com os meios de coerção;
 (E) pessoas que atuam na administração pública têm qualificações previstas por um regulamento geral, e são empregadas somente por meio de concurso público.

91

A transição de um modelo burocrático de gestão para um modelo gerencial pode gerar um hibridismo de práticas de gestão que vão desde o excesso até a escassez de burocratização, trazendo consequências capazes de levar à desordem.

É um exemplo de escassez de burocratização:

- (A) formalização das comunicações em documentos.
- (B) superespecialização e responsabilização;
- (C) destaque aos cargos e às exigências;
- (D) foco nas disciplinas com base em regras;
- (E) ênfase nas pessoas e na liberdade de ação;

92

A reforma do aparelho do Estado introduzida pelo Decreto-Lei nº 200 de 1967 trouxe algumas iniciativas no sentido de romper com o modelo burocrático estabelecido por Getúlio Vargas.

A reforma proposta centrava-se em diversos conceitos, EXCETO no de:

- (A) delegação de competência como instrumento de descentralização administrativa para assegurar rapidez e objetividade;
- (B) planejamento de ação governamental com base em plano geral e plurianual, programas gerais, setoriais e regionais;
- (C) execução descentralizada mediante convênio, contratos ou concessões com entes federados e organizações privadas;
- (D) publicização de serviços públicos para organizações de direito privado como forma de ampliação do atendimento em áreas fundamentais de políticas públicas;
- (E) controle imediato pela chefia competente para execução e observância de normas, bem como por meio da especificação do TCU como órgão de controle externo.

93

O modelo do Novo Serviço Público (NSP) tenta se diferenciar do modelo da Nova Administração Pública (NAP) e suas práticas gerenciais, por meio do conceito de coprodução e a parceria entre governo e sociedade.

Nesse sentido, o NSP sustenta-se sobre o pressuposto de que:

- (A) a produção e o consumo do serviço público são separados, ocorrendo em momentos distintos;
- (B) o gerenciamento dos serviços se dá pela aplicação de capacidades, conhecimento e interação com os usuários;
- (C) os agentes públicos são os únicos responsáveis pelo desenho de processos e provisão dos serviços;
- (D) os cidadãos demandam, consomem e avaliam os serviços públicos a eles ofertados pelas organizações públicas;
- (E) o desafio central está em gerenciar as atividades organizacionais de forma a gerar eficiência e resultado.

94

Um conselho de gestão é uma forma de organização administrativa que possibilita a participação da população na gestão das políticas públicas - como saúde, educação e assistência social -, possuindo funções distintas.

Quando um conselho realiza controle e acompanhamento das ações de gestão dos governantes, entende-se que está desenvolvendo a função:

- (A) fiscalizadora;
- (B) mobilizadora;
- (C) deliberativa;
- (D) consultiva;
- (E) estabilizadora.

95

Analise o trecho a seguir:

“Neste novo cenário as redes de políticas públicas se auto-organizam. Trocando em miúdos, auto-organização quer dizer que as redes são autônomas e autogovernáveis, elas se desvinculam da liderança governamental, desenvolvem suas próprias políticas e moldam seus ambientes” R. A. W. Rhodes (1997:52)

O autor está abordando a transição de um modelo de gestão das políticas públicas para aquele centrado no conceito de:

- (A) Gerencialismo;
- (B) *Accountability*;
- (C) Responsabilização;
- (D) Privatização;
- (E) Governança.

96

Há autores que afirmam que o exercício do *Accountability* não é fácil e apontam um conjunto de desafios para o seu pleno desenvolvimento no Brasil.

É INCORRETO afirmar que esse desafio envolve:

- (A) ausência de princípios, regras e normas que balizem a ação responsável e a conduta transparente do agente público;
- (B) mudanças quanto à celeridade dos processos, principalmente, envolvendo os casos de corrupção nas diferentes esferas;
- (C) dificuldades na integração da ação de diferentes organizações em torno do controle e responsabilização;
- (D) empecilhos nos processos democráticos de decisão quanto à implementação e avaliação das políticas públicas;
- (E) limitações ao real fortalecimento institucional dos municípios visando a melhorias na prestação de contas.

97

Uma determinada organização pública está buscando o desenvolvimento da excelência em gestão pública, tendo como base o programa GesPública. Nesse sentido, a direção da organização compreende que um aspecto fundamental é desenvolver junto a todo seu corpo social o entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo, com foco na sociedade.

Esse aspecto fundamental refere-se ao/à:

- (A) comprometimento com as pessoas;
- (B) aprendizado organizacional;
- (C) orientação por processos e informações;
- (D) pensamento sistêmico;
- (E) desenvolvimento de parcerias.

98

Uma retrospectiva da evolução do modelo de excelência na gestão pública no Brasil remonta às iniciativas relacionadas inicialmente ao desenvolvimento de programas de qualidade.

NÃO foi uma dessas iniciativas a implantação do:

- (A) Subprograma da Qualidade e da Produtividade da Administração Pública, com foco na Gestão de Processos;
- (B) Programa Nacional de Otimização na Administração Pública, com foco na busca por competitividade e qualidade;
- (C) Programa da Qualidade e da Produtividade na Administração Pública, com foco na gestão de resultados;
- (D) Programa da Qualidade no Serviço Público, com foco na qualidade do atendimento ao cidadão;
- (E) Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, com foco na gestão por resultados orientada ao cidadão.

99

As transformações recentes na administração pública no mundo vêm apontando para a retomada, em alguns contextos, de uma orientação neo-weberiana em contraposição ao modelo gerencial pós-burocrático.

O avanço do neo-weberianismo encontra sustentação em aspectos relacionados ao fato de:

- (A) buscar a responsabilidade dos dirigentes pelo cumprimento de resultados previstos em contratos de gestão previamente pactuados;
- (B) primar pelos valores da descentralização, da liberdade de decisão e da desregulação, em busca de formas de atuação em rede de organizações;
- (C) colocar foco em centralização, coordenação e controle pela administração e pelo poder político, sendo a autoridade baseada em competência e profissionalismo;
- (D) avançar o desenvolvimento do controle social como forma de garantir o cumprimento de resultados públicos;
- (E) garantir a autonomia de estruturas flexíveis por meio da atuação integrada de organizações da sociedade civil, cooperativas e empresas.

100

Ao tratarmos das formas de atuação conjunta entre o ente público e organizações privadas sem fins lucrativos, observa-se que diferentes possibilidades apresentam características específicas.

Nesse sentido, é correto afirmar que uma OSCIP caracteriza-se por ser qualificada:

- (A) por portaria do Ministério da Justiça e ter sua relação com o poder público estabelecida na forma de fomento por meio de termo de parceria;
- (B) por Decreto do Chefe do Poder Executivo e ter sua relação com o poder público estabelecida na forma de fomento por meio de contrato de gestão;
- (C) por Lei que autoriza sua criação e ter sua relação com o poder público estabelecida na forma de termo de cooperação;
- (D) por Decreto do Chefe do Poder Executivo e, em sua relação com o poder público, receber contribuições parafiscais por meio de contrato de gestão;
- (E) como entidade civil sem fins lucrativos, com participação majoritária do poder público e da sociedade em seu órgão deliberativo superior.

Realização

